

tas, e, sim tiragem de lenha, barreteles para pequenas construções e outras necessidades indispensáveis."

As devastações havidas em época anterior se ligam às roçadas para o cultivo da mandioca, contra o que já clamava, em 1912, o botânico da Inspetoria de Secas, Sr. Alberto Lofgren.

Afirma ainda o informante que "A madeira de lei que se presta a ser lavrada, aparelhada, para construção, é importada de outras municípios" e até do Estado do Pará; e acrescenta:

"Si a Prefeitura permitisse tirar lenha à vontade na serra, não teria necessidade" (como fez) "de comprar madeiras para o seu serviço, nem teria" (como tem) "fiscal para proibir os estragos; não regulamentaria essa situação da madeira com penas impostas a quem derrubar certas e determinadas árvores, nem teria demitido um fiscal porque foi negligente na sua fiscalização", conforme se vê da defesa do acusado.

A Prefeitura só admite a extração de madeira na chapada do alto da serra, mas nunca na sua orla ou nas encostas.

Dos orçamentos municipais juntos à defesa do acusado, se vê que a verba ali inscrita, sob o título de "Renda da Serra", apresenta as seguintes previsões, sob diversos Prefeitos, dos quais o atual (o acusado) só entrou em exercício, em janeiro do corrente ano, tendo sido a principal testemunha de acusação o ex-Prefeito de 1935:

Do orçamento para 1934 — Renda da madeira da Serra	3:000\$000
Do orçamento para 1935 — Renda da Serra do Araripe	6:000\$000
Do orçamento para 1936 — Renda da Serra do Araripe	(*)
Do orçamento para 1937 — Renda da Serra do Araripe	2:500\$000
Do orçamento para 1938 — Renda da Serra do Araripe	2:500\$000

Depois de apontar várias e eficientes providências tomadas pela Prefeitura na defesa efetiva das florestas existentes na falda da serra, diz o relatório: "Vê-se que a Prefeitura já vem cuidando de resguardar esse patrimônio que representa a grandeza da região de Cariri".

E, em seguida:

"...de fato, não há devastação na Serra e nem o Sr. Prefeito fomenta assim o êxodo da população rural, aumentando a urbanização".

Referindo-se, mais adiante, ao denunciante, diz textualmente: "Sempre por intermédio de um colega, Abelar Pinheiro Teles, diretor do Ilêto Florestal de Cariri, que o Sr. Luiz Gonzaga tem a felicidade de telegrafar às altas autoridades, não sendo esta a primeira vez, conforme confirma o Sr. Prefeito em sua defesa".

Após assinalar que o Estado do Ceará possui naquela região um campo de citricultura destinado à venda de enxertos aos agricultores, sugere o nosso delegado seja instalado ali, pelo Ministério da Agricultura, um campo florestal, encarregado da distribuição, em larga escala, de mudas de árvores convenientemente escolhidas dentre as espécies mais adaptáveis à região; estabelecimento esse que se esboçaria em educar os moradores no concorrente à conservação e defesa das matas e à silvicultura.

Parece-me que o Conselho pode adotar essa sugestão, tendo em vista a importância especial das florestas em causa, que, como disse acima, constituem um grande e verdadeiro oásis na vasta região castigada pelo fenômeno das secas calamitosas.

Entende, porém, que o Conselho deveria acompanhar essa sugestão de uma outra que a viria rebustecer e completar: Lembraria-nos ao Sr. ministro da Agricultura a conveniência de um entendimento especial com o seu colega da Viação e Obras Públicas, para que este, por intermédio da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, diretamente interessada na questão, operasse a demarcação das florestas da serra do Araripe que protegem as fontes ou olhos d'água das suas encostas e faldas. De posse dos dados indispensáveis à perfeita determinação dessas florestas, o Ministério da Agricultura promoveria imediatamente a decretação, para elas, do caráter de protetoras, nos termos do Código Florestal.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1938. — J. Palthano de Jesus.

Projeto de decreto-lei, criando um Departamento de Parques Nacionais, por sugestão apresentada ao Governo, pelo Dr. Raimundo de Castro Maia.

#### Parecer

O senhor ministro da Agricultura encaminha ao Conselho, para o competente estudo, o projeto de decreto-lei sugerido ao Governo pelo Dr. Raimundo de Castro Maia, por intermédio do Dr. Valter Sarmanho, do gabinete do Sr. Presidente da República, criando o "Departamento de Parques Nacionais", com sede na Capital da República, sob a dependência do Ministério da Agricultura (art. 1º).

O projeto compreende 29 artigos, inclusive seis de disposições transitórias; é justificado "considerando a necessidade de defender o patrimônio nacional das constantes devastações de matas e garantir para a posteridade as riquezas naturais assim como os mananciais" (preâmbulo) e a matéria distribui-se em seis partes, contendo a primeira 5 artigos (1 a 5), nos quais é dado o conceito do Departamento; a segunda 8 artigos (6 a 13), definindo a sua competência e jurisdição; a terceira 4 artigos (14 a 17) subdividido em 15 alíneas enumerando as atribuições e deveres; a quarta 4 artigos (18 a 21), estabele-

cendo o regime financeiro do D.P.N.; a quinta 5 artigos, criando, desde já, os parques de Itatiaia, Gávea, Tijuca, Iguaçu, Paulo Afonso e Bocaina e a sexta, finalmente, 6 artigos (24 a 29), de disposições transitórias.

O Departamento terá plena autonomia nas áreas prefixadas para parques nacionais (art. 4) e será administrado por uma diretoria composta de um presidente e oito membros, brasileiros, nomeados pelo Presidente da República pelo prazo de seis anos, podendo ser reeleitos, que servirão gratuitamente, exceto o diretor secretário (arts. 2 e 3). O Departamento, "ex-vi" do art. 5º é uma instituição de direito público, tendo competência para legislar (sic) sobre o território dos Parques Nacionais, expedindo regulamentos para a observância do decreto-lei, sempre de acordo com a Constituição.

O art. 6º define Parque Nacional "toda e qualquer parte do território que por sua extraordinária beleza natural ou interesse científico tradicional ou histórico seja julgado digno de ser conservado para uso e gozo da população do País".

"Ficam, desde já, incluídas na administração do D.P.N., as explorações de minérios ou minas compreendidas nas zonas declaradas parques ou reservas nacionais" (art. 10); devem dar-lhe conhecimento de todos os seus atos, as repartições públicas, instituições oficiais ou governos estaduais que realizem atos de administração dentro da jurisdição ou território dos parques nacionais (art. 11) e terá o D.P.N. isenção de todos os impostos federais, estaduais ou municipais, inclusive isenção de direitos para os materiais importados para seu uso exclusivo (art. 13).

Entre as atribuições do D.P.N. figuram as de "controlar os serviços públicos e suas tarifas nos limites de sua jurisdição (art. 14, letra h); vender ou cortar madeiras ou árvores dos parques (id. letra k); demarcar os perímetros destinados à construção, obras ou centros de população, assim como áreas para construção de propriedades particulares (id. letra m) e fixar multas até 5:000\$000 para infração dos regulamentos e disposições do decreto-lei (id. letra n).

O regime financeiro do D.P.N. é de plena autonomia, quanto à administração de seus fundos, "que poderão ser aplicados como melhor entender", com a obrigação, porém, de dar completo conhecimento ao Ministério da Agricultura da aplicação dos mesmos (artigo 15), ficando desde já criado um imposto de 50 réis sobre litro de gasolina importada, que será recolhido diretamente pelas companhias importadoras numa conta especial aberta no Banco do Brasil, e destinado exclusivamente aos parques nacionais (art. 16).

Entre os impostos e taxas que o D.P.N. arrecadará figuram as taxas de caça e pesca dentro das zonas ou reservas nacionais (artigo 17, letra a); o produto da venda de madeiras e do que resultar das vendas dos viveiros de plantas ou animais dos parques (id. letra b); as licenças para construção ou obras efetuadas por particulares nos parques, assim como todas as taxas que se criarem para retribuição de serviços públicos prestados pela administração (id. letra d); o produto da venda ou arrendamento das terras dos parques, uma vez aprovados pelo executivo (id. letra e); os impostos federais, estaduais ou municipais que recaírem sobre as propriedades situadas nas áreas dos parques nacionais, que passarão a ser cobrados pelo D.P.N., necessitando de autorização do poder executivo para que os possa aumentar (id. letra h); efetuar o despejo dos intrusos nas terras dos parques nacionais (id. letra j).

Pelo art. 24 "os municípios situados dentro dos parques nacionais conservarão sua autonomia" e pelo art. 26 "o Jardim Botânico fica incorporado e dependente do D.P.N."

No quadro dos dispositivos do decreto-lei em projeto, o Departamento de Parques Nacionais será um organismo de vastíssima abrangência e com atribuições legislativa, executiva e até judiciária, que lhe darão posição única na administração pública, mas por isso mesmo de duvidosa constitucionalidade. Vários de seus dispositivos são evidentemente inconstitucionais e em certos casos inconciliáveis entre si.

Como conciliar, por exemplo, a autonomia dos municípios garantida, não por disposição do decreto-lei, mas pelo art. 26 da Carta Constitucional, que lhes assegura competência privativa para decretar impostos e taxas que lhes são atribuídas pela dita Carta e pelas Constituições e Leis dos Estados e a organizar os serviços públicos de caráter local (letras b e c do dito art. 26), com a atribuição conferida ao D. P. N. de "controlar os serviços públicos e suas tarifas nos limites de sua jurisdição (art. 14 letra h) e de arrecadar todas as taxas que se criarem para retribuição de serviços públicos (art. 17 letra d), assim como os impostos municipais que recaírem sobre as propriedades situadas nas áreas dos parques nacionais (id. letra h), nas quais, entre parentese, podem abranger as de vários municípios), impostos que constituirão renda do D. P. N.?

Mas não é só a autonomia dos municípios, em matéria de organização de serviços públicos e de arrecadação de impostos e taxas, que fica em xeque, mas também a dos Estados, cujos territórios, além do mais, com a criação dos parques, nos termos do projeto do decreto-lei, sofrerão um verdadeiro desmembramento, des que a ação governos locais deixa de ser exercida nos territórios constituídos pelos parques, em benefício do D. P. N.

A Carta Constitucional, estatue, é certo, no art. 6º, que a União poderá criar, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial, mas é necessário que o ato se apoie no interesse da defesa nacional, não estando no caso a criação dos parques nacionais, nos moldes estabelecidos no decreto-lei em projeto.

Quando este, pela sua finalidade, conforme se vê do seu preâmbulo, para lei de defesa e conservação florestal, é no art. 16 inciso XIV da mesma Carta, que encontrará apoio. Será uma lei comum, em tudo obediente às normas constitucionais, pelo que não poderá conter restrições que não estejam taxativamente previstas naquelas normas, sendo para notar que a matéria florestal é precisamente daquelas, ex-ri do art. 18 da dita Carta, sobre as quais os Estados podem legislar supletivamente às leis federais, para suprir-lhes as deficiências ou atender às necessidades locais, o que exclui, implicitamente, da lei federal, a faculdade de suprimir ou restringir direitos taxativamente assegurados aos Estados.

Em confronto com o Código Florestal, que é a lei básica em vigor sobre a matéria, vê-se que o projeto está em inteiro desacordo com ele no conceito do parque nacional, que é para o Código um monumento público natural, destinado a perpetuar, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o merecem, sendo nele rigorosamente proibido o exercício de qualquer espécie de atividade contra a flora e a fauna e apenas admissíveis, dentro dele, a abertura de caminhos de acesso, sem que seja alterada, tanto quanto possível, o aspecto natural da paisagem (art. 9º e seus §§ 1º e 2º); ao passo que, para o decreto-lei sugerido, o parque nacional admite, dentro dos seus limites, atividades como sejam, explorações florestais e industriais, aproveitamento de quedas d'água, construções de propriedades particulares (art. 12), etc.

Pelas atribuições conferidas ao D. P. N. vê-se, mesmo, que o Parque Nacional não passa de um campo de explorações industriais e comerciais, acessível a toda espécie de atividades tanto do D. P. N. como de particulares autorizadas por ele, sob o pretexto de defender, conservar e fomentar a fauna e a flora locais.

Eis algumas dessas atribuições:

Regulamentar a caça e pesca (art. 14 letra b);

Regulamentar as concessões para construção ou exploração de hotéis, restaurantes, garagens, caminhos aéreos, linha de ônibus, estações de serviços de venda de gasolina, etc. e em geral todas as obras ou serviços comerciais no perímetro dos parques, podendo mesmo estabelecer os ou constituir os por conta própria com a condição de não a explorá-lo diretamente senão por forma de arrendamento (idem letra g);

Controlar os serviços públicos e suas tarifas nos limites de sua jurisdição (idem, letra h);

Vender ou cortar madeiras ou árvores dos parques, como medida de conservação das florestas e do desenvolvimento da riqueza existente (id. letra h);

Determinar os lugares para o desenvolvimento das indústrias para não prejudicar a harmonia dos parques (id. letra l "in fine");

Demarcar os perímetros destinados à construção de vilas ou centros de população, assim como áreas para construção de propriedades particulares (id. letra m);

Administrar, desde já, as explorações de minérios ou minas compreendidas nas zonas declaradas parques ou reservas nacionais (art. 6º).

Orá, o regime estabelecido pelo Código Florestal quanto à exploração das florestas, é o de absoluta proibição para os parques, sendo apenas tolerada, limitadamente, para as florestas produtivas e remanescentes (art. 52), constituindo crime florestal punível com as penas de detenção, até 1 ano e de multa até 2:000\$, o dano causado aos parques (art. 83) e contravenção florestal, a infração do artigo 9º § 1º (que não constituir o crime de dano), punível com as penas de detenção até 45 dias e multa até 5 contos (art. 80 n. 5).

Os parques, por essa forma, estão sujeitos a um regime de conservação integral, pelo que são intangíveis, de acordo, aliás, com a sua finalidade, que é perpetuar, em sua composição florística primitiva, trechos do país que o merecerem por circunstâncias peculiares.

Na carta dirigida ao Dr. Valtér Sarmanho, encaminhando o projeto de decreto-lei, o autor desta, Dr. Raimundo de Castro Maia, refere-se, ainda, à remessa de "alguns folhetos do que têm feito nossos vizinhos".

Esses folhetos não figuram no processo, mas a leitura dos dispositivos do projeto mostram logo que os nossos vizinhos, a que se refere a carta, são os argentinos, porque o projeto é calcado na lei n. 12.403, de 9 de outubro de 1934 daquele país amigo, em virtude da qual foi criada a "Dirección de Parques Nacionales" (que corresponde ao Departamento de Parques Nacionales do projeto de decreto-lei), a que ficaram subordinados os Parques Nacionais de "Nahuel Huapi" e do "Iguazu".

Como é do conhecimento dos que se interessam pelo assunto, a finalidade dos parques nacionais não é vista pelo mesmo prisma em todas as nações que já os criaram. Nos Estados Unidos eles são concebidos ser a expressão autêntica da natureza em seu estado original; ao passo que na Alemanha são considerados unidades econômicas, fonte de renda auvida na exploração das atividades industriais e comerciais que puderem ser estabelecidas dentro dos parques, de forma, porém, a não prejudicar suas finalidades de beleza, recreio e educação.

A mencionada lei argentina adotou um critério eclético, colocando-se entre aqueles dois sistemas, como predominância do que considera os parques nacionais suscetíveis de exploração econômica.

O projeto de decreto-lei, posto que inteiramente calcado na lei argentina, aceitou o mesmo ponto de vista.

O Código Florestal, entretanto, adotara o critério norte-americano de que os parques nacionais não são unidades econômicas, mas verdadeiros museus naturais, representativos das regiões onde estão localizados, tendo por fim assegurar a perpetuidade das condições locais primitivas, e onde a natureza, entregue a si mesma, possa manter-se sob a ação exclusiva das forças naturais.

Era assim que os aconselhava o clarividente precursor da ideia no Brasil, o grande André Rebouças, inspirado no exemplo americano, onde vinha de ser criado o Parque Nacional de Yellowstone, ao indicar a Ilha do Bananal, em Goiás e a de Sete Quedas, no Paraná, para a localização dos dois primeiros parques brasileiros, nas seguintes palavras: "A geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que conservar intactas, livres do ferro e do fogo, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná. Daí a centenas de anos poderão os nossos descendentes ir ver os espécimes do Brasil tal qual Deus os criou".

Na parte da exposição de motivos com que justificou a adoção do critério das reservas integrais a prevalecer nos parques nacionais, a subcomissão legislativa que elaborou o anteprojeto do Código Florestal usou das seguintes palavras:

"Na classe das remanescentes é que estão colocadas as florestas destinadas a constituírem parques nacionais, verdadeiros monumentos públicos naturais, onde a natureza exerce a sua ação plena para que se conserve em toda a pureza primitiva."

Alguns países admitem certas atividades do homem nos parques nacionais. Outros, porém, e em maioria, os declaram intangíveis, entregues em absoluto a forças naturais. Tal é o Parque Nacional Suíço, situado no cantão de Graubunden, na parte mais baixa do vale do Engadine, no Alpes.

Nesse tipo de parques as reservas são totais, isto é, se destinam à conservação integral de todos os animais e todas as plantas que vivem no território e onde a natureza possa desenvolver-se livremente, sem ser perturbada pela interferência do homem.

O anteprojeto preferiu esse tipo para os parques nacionais que forem criados, por ser o único meio de conservar para as gerações vindouras trechos da natureza virgem do Brasil.

Se a Suíça, que é um país de território insignificante, pôde atingir aquele elevado escopo, reservando uma área de 110 kms. quadrados para o seu Parque Nacional, o Brasil com o seu imenso território, ainda possuindo vários milhões de quilômetros quadrados completamente despovoados, poderá criar vários parques, em zonas características, sem sacrifícios de espécie alguma.

Nesses futuros parques, como no suíço, os visitantes não poderão afastar-se dos caminhos e estradas oficiais e deverão lembrar-se, enquanto estiverem em visita, que ali não é permitida nem a caça, nem a pesca, nem arrancar plantas, nem colher flores, nem retirar espécimes seja de que variedade for, isto porque o Parque Nacional é um verdadeiro santuário, onde cada planta, flor ou animal goza da mais absoluta segurança.

A administração pública, por sua vez, nas estradas e caminhos que abrir dentro dos parques se limitará ao estritamente necessário, fazendo observar disposições técnicas de forma que os caminhos de acesso não quebrem os efeitos da perspectiva natural da paisagem, mesmo porque esses parques não visam atrair turistas, antes constituem verdadeiras instituições científicas, onde a natureza em seu estado original pôde ser conservada e estudada".

O Parque Nacional Suíço é do tipo norte-americano, como também o são os parques criados pelos governos do Canadá e da União Sul-Africana.

Tais exemplos e considerada a situação especial do Brasil, posta em relevo pela subcomissão legislativa elaboradora do ante-projeto que depois se transformou no Código Florestal, estão indicando que não devemos abandonar o critério dos parques como reservas integrais pelo dos parques unidades comerciais, que nenhuma necessidade nos aconselha a adotar e foi refutado até por pequenas nações territoriais, como a Suíça.

Note-se que o fim visado pelo governo Argentino, com a criação do Parque Nacional de "Nahuel Huapi", foi o de desenvolver e povoar a região onde está localizado o Parque, de dimensões vastíssimas, compreendendo as partes dos territórios de Neuquen e Rio Negro, nos limites com o Chile, acelerando o seu progresso.

Se atendermos a que o outro Parque Nacional Argentino, de "Iguazú", está localizado no Território de Misiones nos limites com o Brasil e quem o administra é ainda o Ministério da Guerra, não é difícil chegar à conclusão de que objetivos de caráter militar, interessando à defesa nacional, também entram na finalidade dos Parques Nacionais Argentinos, não permitindo para estes o regime das reservas integrais, que excluiria a execução, dentro dos respectivos territórios, das medidas que o governo argentino tem em vista, precisamente, apressar.

Não parece, entretanto, que o projeto de decreto-lei sugerido ao governo brasileiro, nesse particular, tenha visado os objetivos da lei argentina em que foi decalcado. Criando, desde já, os parques de Itatiaia, Gávea, Tijuca, Iguassú, Paula Afonso e Serra Bocaina, a localização de cinco deles, longe das fronteiras, sendo que dois dentro da área ocupada pela cidade do Rio de Janeiro, mostra que a sua criação não apresenta, nem de longe, qualquer objetivo de ordem militar. Apenas o de Iguassú, dos seis criados, apresentar-se-ia nas mesmas condições dos parques nacionais argentinos.

O de Itatiaia já está criado pelo decreto n. 1.743, de 31 de maio de 1937 e inaugurado, não se compreendendo, portanto, a sua inclusão entre os criados agora senão para tirá-lo do regime do Código Florestal e enquadrá-lo no estabelecido no decreto-lei.

Ora, não se justificaria si ficasse provado que o regime das reservas florestais não é o que convém aos parques brasileiros. Entretanto, fazer essa prova, que se mostra impossível de fazer, a fim de se apresentar-se a apenas como uma manifestação do espírito de imitação que não recomendaria muito a nossa capacidade realizadora.

Admito que se creem parques, nos moldes dos argentinos, cuja utilidade, pelos fins a que são destinados, é evidente, desde que aos nossos se dê idêntica finalidade. A imensa extensão das nossas fronteiras terrestres na sua grande maioria ainda completamente desprovida composta a localização de algumas dezenas de unidades econômicas destinadas a apressar o desenvolvimento das respectivas regiões e a sua efetiva integração na comunidade brasileira da qual, infelizmente, ainda estão praticamente afastadas. A necessidade da criação de tais unidades não só se justifica como se impõe como um dos problemas de mais urgente solução para a nacionalidade, mas, si lhes quiserem dar os nomes de parques nacionais, que se faça uma legislação especial para eles, sem prejuízo ou revogação da já existente, aplicável aos parques nacionais propriamente ditos, não unidades econômicas.

O projeto de decreto-lei não admite o regime da conservação integral, revogando o Código Florestal nesta parte, o que não deve merecer o plágio do Conselho Florestal Federal, a quem incumbe a vigilância da sua fiel execução.

Os parques nacionais, como figuram no projeto, existem mais para objeto de exploração, do que para fins de conservação, como esta quasi que um pretexto para submeter áreas do território brasileiro a um regime administrativo especial, tal qual sucede com os parques nacionais argentinos, o que poderá ser aconselhável, desde que não se sacrifique a finalidade principal dos parques nacionais.

Com esse sacrifício, que é o aspecto que mais de perto interessa ao Conselho, o projeto não deve merecer seu acolhimento.

Pelo art. 23 do projeto, o Jardim Botânico fica incorporado e sob a dependência do D. P. N., incorporação e dependência que trazem como epílogo necessário a entrada daquele tradicional instituto científico no regime adotado para os parques nacionais.

O único comentário que me desperta esse dispositivo é colocar um grande ponto de interrogação diante de um "porque". Na realidade, por mais que rebuscasse, na lógica, os motivos determinantes da incorporação, não me foi possível encontrar um só que o aconselhasse.

Único dispositivo do projeto que não encontra similar na lei argentina, que criou a "Diretoria de Parques Nacionais", e nos regulamentos que foram baixados com o decreto de 23 de janeiro de 1935, para a organização e funcionamento das dependências da mesma "Diretoria", é o mesmo o ilustrado Dr. Castro Maia, organizador do projeto, pode justificá-lo.

Tratando-se, além disso, de um instituto enquadrado na organização administrativa dos serviços subordinados ao D. P. N. V. do Ministério da Agricultura, e aos funcionários que o administram, que cabe a tarefa de apreciar a conveniência da medida.

Em conclusão, e salvo melhor juízo, é meu parecer que o Conselho Florestal Federal não de, e dar seu assentimento a que se converta em lei o projeto sugerido pelo ilustrado Dr. Raimundo de Castro Maia, porque o mesmo revoga o Código Florestal, no que diz respeito ao regime de reservas integrais estabelecido para os parques nacionais pelo mencionado Código, não obstante ser esse regime e que mais convém e melhor se adapta às necessidades da conservação e defesa do patrimônio florestal do Brasil. Si interesses de outra ordem, tanto respa iláveis, tiverem de ser atendidos, visando finalidade idêntica à dos parques nacionais argentinos que o sejam de forma a não revogar o Código Florestal, criando a lei nova, unidades econômicas sujeitas a regime especial e que, embora guardando por conveniência o nome de parques nacionais, não se confundam com os que foram criados nos termos do dito Código.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 1938. — Luciano Pereira da Silva.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade na sessão plenária, realizada pelo Conselho Florestal Federal, a 7 de outubro de 1938. — José Mariano Filho, presidente. Confere com o original. — Letícia Silva. Visto. — A. Arrujo Góes, secretário.

#### Parecer

O Sr. ministro da Agricultura encaminhava ao Conselho um recado verbal do Sr. ministro do Exterior, acompanhado do recorte do jornal "Noticiero del Lunes", de Cuba, com o texto do decreto assinado pelo Governo cubano, sobre a fiscalização dos produtos das indústrias florestais, para o mesmo Conselho estudar um decreto que regule as derrubadas de florestas no território nacional.

Já se encontrando regulada no Código Florestal a matéria a que se refere o Sr. ministro da Agricultura e tratando o decreto do Governo cubano da fiscalização do comércio de produtos florestais, para o efeito da cobrança e arrecadação de taxas que incidem sobre os ali-  
mentos produtos, assunto que escapa às atribuições do Conselho, em entendimento pessoal que tive com o Sr. ministro Fernando Costa, concordou ele em que o processo fosse arquivado.

Sala das sessões, 7 de outubro de 1938. — Luciano Pereira da Silva. Confere com o original. — Letícia Silva.

ATA DA SESSÃO REALIZADA PELO CONSELHO FLORESTAL FEDERAL, EM DEZEMBRO DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E TRINTA E OITO

Aos dezesseis dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e oito, reuniu-se o Conselho Florestal Federal, sob a presidência do Dr. José Mariano Filho e com a presença dos seguintes membros: Luciano Pereira da Silva, José Palhano de Jesus, Humberto Gotuzzo, Alvaro de Brito, Paulo Ferreira de Sousa, Rui de Lima e Silva, Miletto Alvares de Sousa Coutinho, Adrião Caminha Filho e Antônio da Cunha Baima.

Aberta a sessão e depois de lida e aprovada a ata da sessão anterior, procedeu-se à leitura e despacho do seguinte expediente: ofício do Serviço Municipal de Estatística do Estado de Pernambuco, solicitando um exemplar do Código Florestal. — Atendido. — Ofício do agrônomo Godofredo dos Santos, remetendo recorte de jornais do Estado de Minas Gerais sobre a criação do Conselho Florestal do referido Estado. Ofício da Prefeitura Municipal de Cametá, solicitando exemplares do Código Florestal. Carta de Sebastião R. de Castro, solicitando publicações do Conselho. Prefeitura Municipal de Marapara, acusando recebimento do Código Florestal e ofício do Departamento de Administração Municipal do Estado de Santa Catarina, acusando ofício do Conselho em que esclarece os dispositivos do Código Florestal sobre a fiscalização e guarda das florestas.

O conselheiro Luciano Pereira da Silva falou sobre o processo que lhe foi despachado para estudo de um decreto que ponha termo às devastações no País, conforme solicitação do Sr. ministro a este Conselho.

Demonstrou que o Código Florestal prevê todos os casos e por isso não julgava oportuna outra lei sobre o assunto, deixando para oferecer seu parecer definitivo após entendimento com o Sr. ministro.

O conselheiro Adrião Caminha Filho leu o parecer que deu no processo originado do ofício do chefe do gabinete de Pesquisas e Análises do Departamento de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro sobre uma consulta feita pelo Prefeito do município de Parati ao referido Departamento em face do problema de renovação das florestas em exploração, por meio de replantio obrigatório e sistemático, lembrando existir naquele município uma regular indústria extrativa de madeiras para serrarias, fábricas de laminação, oficinas de marcenaria, etc. — Aprovado.

O conselheiro Palhano de Jesus, comunicou que a comissão encarregada de convidar o Sr. Prefeito do Distrito Federal para a festa da árvore desincumbiu-se de sua missão.

Idênticas comunicações fizeram os conselheiros Rui de Lima e Silva e Miletto Coutinho, membros das comissões encarregadas dos convites ao Sr. Presidente da República e ministros de Estado.

E, como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando eu, Alexandre de Luna Góes Neto, esta ata que dato e assino na qualidade de secretário do Conselho.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1938. — Alexandre de Luna Góes Neto. — José Mariano Filho. — Luciano Pereira da Silva. — J. Palhano de Jesus. — Humberto Gotuzzo. — Paulo F. Souza. — A. Cunha Baima. — A. Caminha Filho. — Miletto Alvares Coutinho.

#### Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE

Dia 4 de outubro de 1938

Ao Sr. inspetor da Alfândega de Santos:

N. 278 — De acordo com o que ficou assentado quando do nosso encontro em Santos, venho pedir-vos a fineza de mandar entregar ao Sr. Wucherer, inspetor de Defesa Sanitária Vegetal, os dez volumes apreendidos ao cidadão alemão Josef Schumacher e que, conforme consta de vosso telegrama de 14 de setembro último, se encontram depositados nos armazéns da Companhia Docas de Santos.

Quero agradecer-vos ainda uma vez, e também em nome do Conselho, o zelo e a boa vontade com que atendesdes ao nosso pedido e que tiveram como resultado não fossem desrespeitadas as nossas leis nem lesado o nosso patrimônio científico.

Atendendo ao vosso pedido, tenho o prazer de enviar-vos alguns exemplares do Regulamento do Conselho.

— Ao Sr. inspetor da Defesa Sanitária Vegetal de Santos:

N. 279 — Por solicitação deste Conselho, o Sr. João Neto, inspetor da Alfândega de Santos, mandou apreender em setembro último, dez volumes contendo material científico, que faziam parte da bagagem do sr. Josef Schumacher, por não estar o referido cidadão devidamente licenciado, quer para coletar, quer para exportar tal material.

Tornando-se agora necessário que esse material venha para o Rio de Janeiro afim de ser examinado pelos técnicos e incorporado aos institutos científicos nacionais, venho solicitar os vossos bons ofícios e as necessárias providências no sentido de ser o mesmo embarcado para aqui logo que seja possível.

Muito vos agradeço, desde já, a colaboração que desse modo dareis ao Conselho.